



## Tomada de Posição Encerramento do Balcão dos CTT de Redondo

Durante décadas os balcões dos CTT asseguraram a prestação dos serviços postais em condições que lhe permitiram conquistar o apreço da generalidade dos cidadãos e das entidades a que lhe recorreram.

No final do ano de 2013, o Poder Central inicia a privatização dos CTT, alienando cerca de 70% do seu capital. Em setembro do ano seguinte foram privatizados os restantes 30%. Refere o Contrato de Concessão celebrado entre as partes (Estado Português e CTT) a obrigatoriedade da empresa (agora totalmente privatizada) em prestar um serviço de qualidade, conforme o estipulado pela Lei e nas Bases da Concessão. Contudo, desde a privatização, a estratégia da administração da empresa prossegue num caminho de desrespeito pelas obrigações a que está sujeita no que concerne à prestação do serviço, tendo apenas como objetivo o garante de que os novos donos recebam de volta, e rapidamente, o que pagaram pela compra dos CTT, bem como aproveitar a sua rede para implantar um Banco.

Em consonância com o referido a administração da empresa anunciou o despedimento de mais trabalhadores, a venda de mais património e o encerramento de mais estações. O anunciar de mais encerramentos soma-se ao que estava já em curso e prossegue o caminho de desinvestimento, descapitalização, sangria da empresa e do seu património.

Os CTT não são um negócio. São um instrumento insubstituível para a coesão social e territorial do nosso país, portanto, deixamos claro que:

- Ao Estado cabe a responsabilidade de garantir que os serviços postais são assegurados em condições de igualdade a todos os cidadãos;
- Os CTT têm que estar ao serviço da economia do país e do seu desenvolvimento, com uma gestão focada no equilíbrio económico-financeiro e na melhoria da qualidade;
- Mais de que uma empresa focada em lucros e dividendos, os CTT devem ser uma garantia de um serviço público efetivamente ao serviço do país e das populações;
- Apesar do Estado proclamar o desenvolvimento do interior, assista agora passivamente a este abandono das populações, com especial em foco na população mais idosa;
- Não existem alternativas que garantam a prestação completa dos serviços prestados, nomeadamente ao grupo da população mais idosa e vulnerável.



Face ao exposto, a Câmara Municipal de Redondo, reunida em 24/10/2018, delibera:

1. Exigir à administração dos CTT que reverta a intenção de encerramento da estação de Redondo, mantendo o seu funcionamento nos moldes e horários atuais, disponibilizando o leque de serviços que têm vindo a ser prestados, mas reforçando a sua qualidade;
2. Exigir ao Governo que intervenha neste processo, impondo o cumprimento dos princípios de universalidade e de proximidade que estão na base do contrato de concessão do serviço público que os CTT devem respeitar, em favor das populações e na defesa do interior;
3. Dar conhecimento da tomada de posição a
  - Presidente da República;
  - Provedoria de Justiça;
  - Administração dos CTT;
  - Ministro do Planeamento e das Infraestruturas;
  - UMVI – Unidade de Missão para a Valorização do Interior;
  - ANACOM – Autoridade Nacional de comunicações;
  - Bancada Parlamentar do PS;
  - Bancada Parlamentar do PPD/PSD;
  - Bancada Parlamentar do CDS/PP;
  - Bancada Parlamentar do PCP;
  - Bancada Parlamentar do BE;
  - Bancada Parlamentar do PEV;
  - Bancada Parlamentar do PAN;
  - 1.º Ministro;
  - Secretário de Estado da Economia;
  - Instituto do Consumidor;
  - Assembleia Municipal de Redondo;
  - Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações;
  - Delegação de Évora do Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações.

Aprovado por Juanissimo na reunião de câmara de 24 de outubro de 2018

O Presidente da Câmara Municipal de Redondo

  
António José Rega Matos Recto